

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

Pregão Eletrônico nº 53/2022

O Decreto n.º 10.024/19, que regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns estabelece:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Em complemento, o Art. 17 determina que caberá ao pregoeiro, em especial:

"[...]"

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

"[...]"

Preliminarmente, esta Pregoeira esclarece que, em momento anterior ao aceite da proposta da RCA Produtos e Serviços no Sistema Compras.gov.br, foram efetuadas diversas diligências com relação ao valor proposto de salário para Técnicos de Arquivo, assim como à Convenção Coletiva de Trabalho adotada pela Recorrida.

O objeto desta licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de Técnicos de Arquivo, Armazenistas e Supervisor Administrativo, com jornada de 08 horas/dia e 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 18h00.

Conforme consta no edital, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, para o cálculo do valor estimado pela Administração foram utilizadas as seguintes Convenções Coletivas de Trabalho:

Para Técnico de Arquivo e Supervisor – Convenção Coletiva de Trabalho do SINBIESP; e para Armazenista – Convenção Coletiva de Trabalho do SINDEEPRES.

Ademais, o edital informa que a CCT da atual contratação é a da SINBIESP para Técnicos de Arquivo, e, para Armazenista, é a da SINDEEPRES. Além disso, no instrumento convocatório constou que poderá ser aceita a remuneração do piso da CCT que vier a reger a contratação da categoria e que OS SINDICATOS INDICADOS NOS SUBITENS DO EDITAL NÃO SÃO DE UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA PELOS LICITANTES (ACÓRDÃO TCU Nº 369/2012), MAS SEMPRE SE EXIGIRÁ O CUMPRIMENTO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS ADOTADAS POR CADA LICITANTE/CONTRATANTE.

A Recorrida indicou, para todos os cargos desta licitação, a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindeeppres x Sindeprestem 2022. Na CCT, não há cargos específicos para essas categorias e o salário informado para "demais funções" é de R\$ 1.372,95.

Como salário normativo da categoria de Técnico de Arquivo, a RCA indicou em sua planilha o valor de R\$ 1.806,00 mensais, e justificou que o "salário corresponde à média de mercado para a função, extraída do site www.salario.com.br - Salário por hora médio de 9,03 x 200 horas = 1.806,00 mensais - <https://www.salario.com.br/profissao/tecnico-de-arquivo-museologia-cbo-371210/>

Para o salário da categoria de Supervisor, foi utilizado o salário de Técnico de Arquivo, com 30% de acréscimo pela liderança, e assim foi indicado em sua planilha de custos e formação de preços: Salário Normativo da Categoria Profissional: R\$ 2.347,80.

Ademais, o valor do salário proposto pela RCA é superior à média dos salários dos sites informados pela Recorrente. Dois deles, inclusive, estão abaixo do salário proposto pela Recorrida (R\$ 1.208,49 e R\$ 1.623,00, das empresas Catho e vagas.com.br), respectivamente.

Sobre essa temática, em diligências realizadas, verificamos que há POSICIONAMENTO DO TCU, conforme segue no Acórdão 299/16 – Plenário. Em síntese:

"2.2.9. Dessa forma, com base nos arts. 570, 577 e 581, §2º, da CLT e à luz da Constituição Federal (art. 8º, II), o modelo brasileiro prevê o enquadramento sindical com base na atividade econômica preponderante do empregador, no caso aquela que ocupa maior espaço em seu empreendimento e não pela função do empregado. (...)"

"ENQUADRAMENTO SINDICAL CRITÉRIOS. O enquadramento sindical do empregado faz-se pelos critérios da base territorial da prestação dos serviços e da ATIVIDADE PREPONDERANTE DO EMPREGADOR, INTEGRANDO O OBREIRO A CATEGORIA PROFISSIONAL CORRESPONDENTE, POUCO IMPORTANDO, ASSIM, A FUNÇÃO POR ELE EXERCIDA."

5.2. A análise dos esclarecimentos prestados pelo órgão, ante a oitiva determinada pelo Relator, consolidou o entendimento já manifestado na instrução inicial de que, com base na jurisprudência predominante do TST, A EMPRESA FAST AUTOMOTIVE NÃO ESTÁ OBRIGADA A OBSERVAR A CONVENÇÃO PRÓPRIA DO SINDICATO DOS MOTOCICLISTAS, AINDA QUE ESSA SE CONSTITUA EM ATIVIDADE DIFERENCIADA, conforme art. 511, §3º da CLT. Dessa forma, a pregoeira optou por uma interpretação arbitrária da previsão editalícia, considerando que a ela não

é facultado desconhecer a base legal e jurisprudencial que rege a matéria, devendo ser anulado o ato que desclassificou a representante no Pregão 9/2015 e dos atos posteriores a sua desclassificação, fazendo a licitação retornar a essa fase."

RATIFICANDO ESSE POSICIONAMENTO, O ACÓRDÃO 2101/2020 – PLENÁRIO DISPÕE:

"A respeito, vislumbra-se dois caminhos a serem trilhados.

O primeiro aponta para que o trabalhador terceirizado seja representado pelo sindicato da categoria vinculada às atividades exercidas pelo tomador de serviços, uma vez que aquele é inserido no processo produtivo desse (muitas vezes em seu estabelecimento) e ali desenvolve seu cotidiano laboral (DELGADO, 2016, p. 480-481). Neste caso, em princípio, cogita-se favorecida a garantia aos terceirizados de um patamar de direitos equivalente àquele aplicável aos empregados diretamente contratados, presumivelmente melhor.

A segunda possibilidade remete a um enquadramento sindical de acordo com a atividade preponderante da empresa prestadora de serviços, ou seja, a representação formal dos terceirizados atine ao sindicato da categoria cuja atividade coaduna-se com o serviço objeto de venda pela prestadora. Essa hipótese suscita uma questão altamente controversa, pertinente à proliferação de empresas prestadoras de serviços que oferecem o desempenho de diferentes atividades em seu 'portfólio', angariando, por isso, em seu quadro funcional, profissionais que cumprem distintas funções, como vigias/porteiros, jardineiros, motoristas, faxineiros, etc., pessoas que, por certo, enfrentam dificuldade de se compreenderem como pertencentes a uma mesma categoria, em virtude da disparidade das condições de trabalho. Este fenômeno - repita-se, dissonante da ideia de 'categoria profissional' consagrada pela CLT - segue acompanhado da criação de sindicatos de trabalhadores terceirizados (em sentido lato), a exemplo do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo (SINDEEPRES).

ESTA ÚLTIMA VERTENTE TEM SIDO ALBERGADA, MAJORITARIAMENTE, PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS, salvo quando há terceirização ilícita ou fraudulenta, nos termos do já citado artigo 9º da CLT, hipótese em que o vínculo empregatício é declarado, judicialmente, com a tomadora de serviços e, por conseguinte, o enquadramento sindical do trabalhador se faz pelo sindicato que representa os empregados diretamente contratados por essa."

A primeira corrente acima mencionada restou prejudicada pela superveniência de pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, consoante ementa do processo TST/RR - 3582900-65.2008.5.09.0004 (6ª Turma, julgamento: 25/3/2020, publicação: 27/3/2020)"

"NA VISÃO DO MP DE CONTAS, NÃO SE AFIGURA RAZOÁVEL, CONTUDO, QUE UMA EMPRESA QUE PRATICA DIVERSAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DIFERENTES (O QUE NÃO É VEDADO POR LEI) E QUE SE FILIA AO SINDICATO PATRONAL RELATIVO À ATIVIDADE ECONÔMICA QUE EXERCE COM PREPONDERÂNCIA (POIS PELA UNICIDADE SINDICAL, ELA SÓ PODE SE FILIAR A UM ÚNICO SINDICATO) TENHA QUE CUMPRIR UMA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE NÃO FOI FIRMADA POR TAL SINDICATO PATRONAL (MAS POR OUTRO SINDICATO PATRONAL)."

VOTO:

"15. A questão analisada no acórdão recorrido buscou dirimir se enquadramento sindical, na terceirização, é aquele relacionado à atividade principal da empresa licitante ou o da categoria profissional a ser contratada. A DELIBERAÇÃO DESTE PLENÁRIO, apesar de reconhecer correntes interpretativas distintas, FOI A DE QUE O ENQUADRAMENTO SINDICAL É AQUELE RELACIONADO À ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA LICITANTE E NÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL A SER CONTRATADA, em atenção aos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e ao art. 8º, II, da Constituição Federal.

16. Contudo, na condução do Pregão Eletrônico 30/2018, o pregoeiro entendeu indevida a utilização de uma convenção coletiva de trabalho - CCT da indústria para um certame que objetivava a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo ao processamento e cobrança de multas.

17. INEGÁVEL QUE O CRITÉRIO GERAL PARA O ENQUADRAMENTO SINDICAL É A ATIVIDADE PREPONDERANTE DO EMPREGADOR, nos termos do art. 511, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. No precedente invocado pelos recorrentes, Agravo de Instrumento em Recurso de Revista - Nº TST-AIRR-25040-11.2007.5.09.0665, e acolhido pela Serur (peça 82, item 22), o TST considerou a inexistência de óbices para que o empregador optasse, naquele caso específico, pelo cumprimento das normas coletivas especiais aplicáveis à respectiva categoria dos técnicos em enfermagem. Contudo, conforme salienta o MPTCU, "CABE TER PRESENTE QUE OPÇÃO NÃO É OBRIGAÇÃO".

(...)

20. Como o instrumento convocatório não previa a adoção obrigatória de determinado sindicato, inexistiu, portanto, por parte da RCS, empresa representante, descumprimento das regras postas no certame competitivo. A obrigação trabalhista dessa empresa, nos termos apresentados em proposta é cumprir a Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos e Eletrônicos do DF, GO e TO e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos e Eletrônicos do DF, registrada sob o nº DF000445/2018 (peça 35).

(...)

22. A regra de que os empregados devem se enquadrar com base na atividade-fim exercida pelos seus empregadores tem por objetivo de simplificar e facilitar a discussão das relações de trabalho. Imaginemos os conflitos se determinada empresa fosse obrigada a discutir, periodicamente, a convenção coletiva com elevado número de sindicatos representativos dos seus funcionários. Em paralelo, não seria razoável exigir de uma empresa o cumprimento de acordos nos quais ela não teve participação por meio de seu sindicato"

(...)

"26. AINDA QUE SE EMPREGUEM TRABALHADORES INTEGRANTES DE CATEGORIAS PROFISSIONAIS DIFERENCIADAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CUJO CONCEITO É DADO PELO § 3º DO ART. 511 DA CLT, A NORMA COLETIVA A SER APLICADA E OBSERVADA PELO EMPREGADOR É AQUELA PACTUADA PELO ÓRGÃO DE CLASSE QUE O REPRESENTA. ESSE É O TEOR DA SÚMULA 374 DO TST QUE ENUNCIA QUE 'O EMPREGADO

INTEGRANTE DE CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA NÃO TEM O DIREITO DE HAVER DE SEU EMPREGADOR VANTAGENS PREVISTAS EM INSTRUMENTO COLETIVO NO QUAL A EMPRESA NÃO FOI REPRESENTADA POR ÓRGÃO DE CLASSE DE SUA CATEGORIA'.

Importante salientar que este Acórdão 2101/2020 – Plenário trata de pedidos de reexame em face do Acórdão 1097/2019 - TCU - Plenário, em cujo teor o TCU já havia se posicionado nestes termos, o qual foi negado.

INCLUSIVE, A PRÓPRIA RECORRENTE, EM SUAS RAZÕES, CITA O ACÓRDÃO TCU 2601/2020 - PLENÁRIO - "É IRREGULAR A EXIGÊNCIA DE QUE AS PROPOSTAS DOS LICITANTES INDIQUEM OS ACORDOS COLETIVOS, AS CONVENÇÕES COLETIVAS OU AS SENTENÇAS NORMATIVAS QUE REGEM AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE EXECUTARÃO O SERVIÇO. AS PROPOSTAS DEVEM CONSIDERAR O ENQUADRAMENTO SINDICAL PELA ATIVIDADE ECONÔMICA PREPONDERANTE DO EMPREGADOR." E FOI JUSTAMENTE O QUE O FEZ A RECORRIDA, CONSIDEROU O ENQUADRAMENTO SINDICAL PELA ATIVIDADE PREPONDERANTE DE SUA EMPRESA (EMPREGADORA).

Ademais, este Acórdão 2601/2020 citado pela Recorrida determina "dar ciência à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre a seguinte IMPROPRIEDADE, IDENTIFICADA NO PREGÃO ELETRÔNICO 47/2018, de modo que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência semelhantes:

A) EXIGÊNCIA DE QUE AS PROPOSTAS INDIQUEM OS SINDICATOS, ACORDOS COLETIVOS, CONVENÇÕES COLETIVAS OU SENTENÇAS NORMATIVAS QUE REGEM AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE EXECUTARÃO O SERVIÇO, EM VEZ DE CONSIDERAR O ENQUADRAMENTO PELA ATIVIDADE ECONÔMICA PREPONDERANTE DO EMPREGADOR, IDENTIFICADO NO ITEM 5.6.2 PREGÃO ELETRÔNICO 47/2018, O QUE AFRONTA A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL, EXEMPLIFICADA PELO ACÓRDÃO 1.097/2019-PLENÁRIO" (acima citado).

Na CCT Sindepress x Sindeprestem, a Cláusula Segunda estabelece: - "ABRANGÊNCIA - presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE: A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS; (...) Excetuadas de sua representação as seguintes categorias: 1) trabalhadores em empresas de asseio e conservação, higiene e empresas de limpeza urbana; 2) trabalhadores nas indústrias de construção civil; 3) prestadores de serviços temporários quando estiverem atuando em feiras, congressos, promoções e eventos em geral; 4) vigilância e segurança patrimonial (...)"

Verifica-se que as categorias do objeto desta licitação não estão incluídas no rol das exceções previstas na cláusula segunda da CCT acima transcrita.

Ademais, no CONTRATO SOCIAL DA RCA, CONSTA COMO OBJETO SOCIAL, entre outros:

"I)-

(...)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS;

(...)"

Por fim, a Instrução Normativa nº 5/2017, em seu Anexo I, item XXII assim define salário: "valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei. Quando da inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente."

Pelo explanado acima, esta pregoeira e sua equipe de apoio não verificaram embasamento legal para o não aceite dos valores salariais propostos pela arrematante RCA Produtos e Serviços.

Por todo exposto, depreende-se o acerto, a legalidade e a legitimidade da decisão atacada, que atendeu perfeitamente à lei e ao edital, razão pela qual esta Pregoeira não reconhece os motivos alegados pela querelante para alterar seu julgamento, resolvendo conhecer do recurso interposto e, no mérito, manter sua decisão, em conformidade com o Decreto n.º 10.024, Art. 17, Inciso VII.

Nestes termos, submeto os autos à elevada consideração da Autoridade Competente, em consonância com as disposições do art. 13º, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019.

Ana Carolina dos Santos Ramos – Pregoeira

Ciente. De acordo. André Scatuzzi - Coordenador de Licitações

Fechar

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Ciente. De acordo.

Acolho integralmente as informações trazidas pela Pregoeira (doc.53), corroboradas pela Coordenadoria de Licitações, que adoto como fundamentação, para conhecer do recurso interposto pela empresa TOTALCOB SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, constante no documento nº 52 deste Pread, e, no mérito, negar-lhes provimento, com fulcro no inciso IV do art. 13º do Decreto n.º 10.024/2019.

Fechar